

Numa semana praticamente monopolizada pela reforma administrativa — que ocupou mais da metade do noticiário político dos grandes jornais — registrou-se pobremente a assinatura da proposta de emenda constitucional que propõe a aplicação de R\$ 12 bilhões no nosso ensino básico — ali mesmo onde é preciso começar (ou recomeçar) a luta pela educação no País. Haja luta.

Mesmo contando com a aprovação desse projeto no Congresso, o grau de dificuldade que se terá pela frente pode ser ilustrado por informações como esta: o Ministério da Educação não sabe sequer quantos alunos existem nas escolas públicas de ensino básico. Aqui um cético perguntaria: como saber então como serão aplicados os R\$ 12 bilhões que deverão ser espalhados pelas escolas do País?

Fiz essa pergunta ao ministro há algum tempo e sua resposta apenas confirmou o óbvio: é preciso reconstruir tudo nessa devastada área que, embora tenha recebido os primeiros cuidados por parte de um santo, parece esperar até hoje por algum milagre.

(Foi Santo Inácio de Loyola quem indicou, a pedido de d. João 3º, a primeira equipe que cuidaria da educação no País. No comando, estava Manoel da Nóbrega, nomeado então nosso primeiro-secretário da Educação, com a incumbência de implantar aqui, em 1548, um sistema que, em 1995, é o principal desafio do ministro Paulo Renato: o sistema de ensino público e gratuito. Interessante lembrar que, quando Pombal expulsa os jesuitas, em 1759, o governo assume toda a responsabilidade pelo processo educativo, mas, ao substituir os professores, acaba não mudando rigorosamente nada na área, por uma razão muito simples: os novos profes-



O início em 1548

res eram todos formados pelos próprios jesuitas. Era aquele sistema escolar que seguia o ideal do "homem culto" português, mas que ficava devendo ao aluno qualquer qualificação profissional. Afinal, a sociedade se baseava na agricultura e lá quem trabalhava era o escravo. Mais tarde, no início da República, Benjamin Constant propõe inutilmente uma reforma realista do ensino, o governo Hermes da Fonseca faz sua tentativa de melhorar os cursos primários e, por fim, chega a vez de fracassar o projeto de Artur Bernardes, a primeira tentativa de uma política de educação realmente nacional. Bernardes queria articular as competências da União e dos Estados em apoio, principalmente, ao ensino primário. Guardadas, evidentemente, as proporções, não é outra a intenção do governo hoje, quando propõe o seu projeto de emenda constitucional, enviado ao Congresso na segunda-feira.)

Com os R\$ 12 bilhões previstos no projeto, o governo espera poder aplicar R\$ 300 por aluno/ano, quando a ONU considera R\$ 212 satisfatórios para um país latino-americano. Podemos considerar o projeto do governo bastante pretensioso já que, em alguns Estados, essa aplicação não passa de R\$ 60 por aluno/ano. Exemplo: o Maranhão. E não

custa lembrar que há casos de professores ganhando menos de R\$ 20 por mês, como no Piauí. Não é por acaso que este é um país onde mais da metade dos trabalhadores não consegue ler um manual de instruções. Na verdade, ainda não respondemos às necessidades de educação que motivaram as reformas decretadas em 1931 e 1932 pelo ministro Francisco Campos, logo após a criação do Ministério da Educação e Saúde por Getúlio Vargas.

(A qualificação da mão-de-obra básica já se tornava indispensável para a industrialização recém-implantada — lembra Thomas Ransom Giles no seu História da Educação — quando, entre outras medidas, Francisco Campos implanta sua política visando "à formação do homem para todos os grandes setores da atividade nacional". Em 1942, o ministro Capanema implanta suas "Leis Orgânicas do Ensino" e, só mais tarde, em 1947, as estruturas do processo educativo de Vargas são modificadas de forma substancial com a criação dos famosos cursos supletivos. A terceira data fundamental para Ransom Giles é 1964, que traz, entre outras coisas, os discutidos convênios conhecidos sob a sigla MEC-Usaid. A partir daí, a história é mais conhecida e nos brinda hoje com um quadro que, se não for modificado em tempo, tornará inútil essa conversa de modernização e Primeiro Mundo que tanto se repete.)

P.S. — É razoável esperar que o projeto de emenda que cria o Fundo de Desenvolvimento da Educação Fundamental e Valorização do Magistério seja aprovado pela Câmara ainda neste semestre e, pelo Senado, no semestre que vem. Como se sabe, o projeto prevê que Estados e municípios apliquem 15% do que arrecadam na educação fundamental. São os tais R\$ 12 bilhões, dos quais R\$ 7,2 bilhões serão para pagamento de professores. O desafio maior estará na fiscalização do uso desses recursos. Vale a pena repetir o lugar-comum: esta é uma tarefa para toda a sociedade.